

# Ata de Reunião - 14 de fevereiro de 2003

por Cep — publicado 15/02/2003 00h00, última modificação 11/12/2014 11h22

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2003. Local: sala 1111, Ed. Sede do Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro Horário: 10:30 às 14:00.**

## **Presentes:**

Adhemar Ghisi Camilo Penna João Geraldo Piquet Carneiro (Presidente)

Ausentes: Celina Vargas Lourdes Sola Marcílio M. Moreira

1. Foi aprovada a Agenda, com a inclusão de consulta verbal do ministro A. Palocci. Em seguida, foram aprovadas as atas das reuniões realizadas em 15 e 20.1.2002.
2. Piquet Carneiro reportou-se à reunião com o Chefe da Casa Civil, José Dirceu, quando o ministro recebeu informações básicas sobre o andamento dos trabalhos da CEP. Informou que o ministro colocou-se diretamente à disposição para qualquer outro tema que seja requerido, para não haver comprometimento das atividades da Comissão.
3. Piquet Carneiro solicitou que Mauro Bogéa prestasse informações sobre entrega das DCIs, projeto BID e distribuição dos livros editados pela Comissão, com o apoio da Casa Civil, em parceria com a ESAF. Sobre as DCIs, Mauro informou que o nível de omissão vem sendo reduzido, tendo contribuído para isso a firme disposição da Casa Civil em enfatizar junto aos secretários executivos dos ministérios a importância do cumprimento dessa obrigação. Do exame das declarações já recebidas, observou-se as seguintes ocorrências mais frequentes, que podem suscitar conflitos de interesses: sociedades em empresas, atividades profissionais paralelas, participação anterior em consultorias e investimentos em ativos que podem ser afetados por decisões governamentais. Sobre o BID, informou que o Ministério da Fazenda solicitou confirmação da prioridade da ação, em vista do Decreto de contingenciamento, a fim de dar prosseguimento às providências necessárias para negociação do contrato. A solicitação foi repassada para a Secretaria Executiva da Casa Civil que, não obstante, não se pronunciou até o momento, o que pode representar atrasos no cronograma. Em relação à distribuição dos livros editados pela CEP, Mauro informou que foram remetidos para todos os dirigentes de órgãos e entidades do Executivo Federal, representantes setoriais, governadores de Estado, embaixadas brasileiras no exterior selecionadas, além de outros colaboradores da CEP.
4. Foi distribuída a agenda proposta para o 4º seminário Ética como Instrumento de Gestão, cuja previsão é de realizar-se nos dias 26 e 27 de março. Foi ressaltado por Piquet que indefinições em relação à CEP, bem como recursos com que poderá contar no ano podem representar problemas para a realização do evento, conforme programado quando do 3º seminário, realizados em setembro de 2002.
5. Piquet distribuiu minuta de resolução disciplinando situações práticas que suscitam conflitos de interesses, à luz das disposições do Código de Conduta. O mesmo foi feito com minuta de decreto disciplinando as rotinas de exame das DCIs. Os presentes ficaram de examinar e apresentar sugestões. Além disso, solicitaram que as mesmas também sejam encaminhadas para apreciação dos membros não presentes, para que possam fazer o mesmo até o final da semana seguinte. Todos acordaram quanto à intenção de que seja apresentada ao min. José Dirceu.
6. Em relação ao Carnaval, os presentes solicitaram ampla divulgação das mesmas orientações sobre participação em eventos, já distribuídas no ano anterior.
7. Piquet passou ao exame das pendências:
  - 7.1 Consulta do ministro Palocci sobre eventuais restrições para que futuro secretário a ser designado para o Ministério da Fazenda mantenha sob sua chefia filha que já trabalha no local. Os presentes entenderam que, não obstante a designação da filha preceder a do pai, tendo ocorrido ainda em 2002, a lei 8112 veda que parente até o 2º grau seja subordinado direto. Ainda do ministro Palocci, se haveria restrições para que sua esposa, médica, funcionária municipal, seja requisitada para trabalhar em Brasília, em entidade que nenhuma subordinação tem com o Ministério da Fazenda. Entenderam os presentes que não.
  - 7.2 Em relação ao presidente do BACEN, H. Meirelles, foi apresentada a minuta final da carta de orientação sobre recomendações

para prevenir conflitos na gestão do seu patrimônio, anteriormente já encaminhada a todos os membros da CEP, que puderam se manifestar e cujas sugestões foram incorporadas. 7.3 Sobre a DCI do ministro Gil, foi informado que a CEP ainda aguarda a posição formal da SRH/MP sobre a possibilidade legal de ocupante de cargo de confiança e ministro de Estado manterem atividade profissional paralela, para só então estabelecer os limites éticos que devem ser observados. Especificamente em relação à participação do ministro Gil no camarote mantido pela empresa de sua esposa, manifestaram-se os presentes pela possibilidade, em caráter estritamente pessoal e na qualidade de cônjuge. Que essa permissão não poderia ser estendida a outras autoridades vinculadas ao Código.

MB